

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Digitalização da Educação

Fevereiro 2024



Os Fundos Europeus e as políticas para a digitalização da educação

A crise desencadeada pela pandemia do COVID-19 resultou na necessidade de readaptação em diferentes áreas, nomeadamente na educação. Uma das principais linhas de atuação diz respeito à capacitação e digitalização do sistema de educação e formação, inserida no Plano de Transição Digital na Educação (PTDE). Neste sentido, o **Programa de Digitalização para as Escolas**, apresenta-se como instrumento operacional do PTDE, cofinanciado pelo Portugal 2020 nas seguintes componentes:

- Pilar I e II – Equipamentos e Conectividade: Entrega de equipamentos e acesso à *internet* a alunos ação social escolar (ASE) e docentes (Continente, 2020-2021);
- Pilar III – Capacitação de Docentes e Escolas: Capacitação Digital de Docentes Nível 1, 2 e 3 (Continente exceto AML, 2020-2022); Concurso específico para DGE acompanhar o processo (2020-2022);
- Outras Formações incluídas na capacitação de docentes (Continente exceto Lisboa, 2016-2020).

Operações cofinanciadas a 30 de junho de 2022 (período coberto pela avaliação)

258 Operações

198 Milhões €

Fundo Aprovado

Abrangidos nas intervenções

> **226.309 participações** em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação, dos quais:

⇒ **28.418** correspondem a Capacitação Digital de Docentes

> **362.867 equipamentos informáticos** atribuídos a escolas e cedidos a **alunos carenciados**

> **83.662 equipamentos informáticos** atribuídos a escolas e cedidos a **professores**

As medidas implementadas no âmbito do PTDE contribuíram significativamente para a redução das desigualdades no acesso à educação junto dos alunos carenciados, havendo margem para melhoria das condições digitais nas escolas.

Resultados da avaliação

As medidas da Escola Digital contribuíram para reduzir as desigualdades no acesso a equipamentos informáticos e *internet*, incidindo sobre os alunos mais carenciados (49% do escalão A e 39% para escalão B). No final de 2020/21, a adesão era significativa, ainda que abaixo do previsto (81% nos alunos ASE e 75% nos docentes), e decrescente com o nível de ensino, rondando os 86% nas tipologias I e II (1º ciclo e 2º/3º ciclos) e 72% na tipologia III (ensino secundário e docentes).

A distribuição dos kits foi percecionada como **fundamental** nos casos em que ainda permaneciam alunos sem qualquer equipamento em casa ou em que existia apenas um equipamento disponível no agregado, partilhado pelos pais em teletrabalho e por irmãos.

No confinamento, registaram-se os seguintes constrangimentos ao alcance dos resultados do plano: i) data de entrega dos equipamentos, assistência técnica, cobertura de rede, as competências digitais dos alunos e o seu contexto familiar/habitacional; ii) as condições familiares e habitacionais dos alunos; iii) a falta de competências digitais dos encarregados de educação. A forte dinâmica conjuntural do recurso à *internet* para atividades de ensino-aprendizagem durante a pandemia, acentuou a tendência média crescente de utilização, contribuindo para o **aumento das competências digitais dos jovens**. Segundo o Eurostat, em 2022, 60% dos indivíduos entre os 16 e 19 anos acedeu a materiais de aprendizagem *online*, 74% utilizou ferramentas digitais para comunicação com professores/formadores e 77% usou *internet* para realizar atividades de educação formal.

As condições deficientes nas salas de aula para uso dos equipamentos são apontadas como determinantes-chave para uma **menor eficiência das medidas no regresso ao ensino presencial**. Salientam-se a falta de tomadas (cerca de 25%), as dificuldades de acesso à *internet* na escola (em cobertura e/ou velocidade) (cerca de 30%) e a pouca disponibilidade de equipamentos dos alunos na sala, sobretudo pelo facto das escolas não assegurarem condições para guardar os equipamentos em segurança (cerca de 35%). Também são condicionantes os equipamentos tecnológicos (computador, projetor ou quadro interativo) nas salas de aula, revelando-se por vezes insuficientes e obsoletos.

Cerca de 50% dos docentes inquiridos que participaram nas ações de Capacitação Digital de Docentes reconhecem um contributo elevado destas para o incremento das competências digitais, integração de ferramentas e recursos digitais nas atividades ensino-aprendizagem e realização de atividades visando a capacitação digital dos alunos.

Observa-se uma **adesão massiva dos docentes**: até ao final de 2022, 91% dos docentes (99.740) tinham realizado o autodiagnóstico de competências digitais (*Check-In*) e houve 47.771 participações na formação de Nível 1, 2 e 3 (44% dos docentes de 2021/22).

A participação dos docentes variou consoante o **grupo de recrutamento**, com maior adesão nos docentes de Português e Inglês (78%) e Educação Especial (77%), e menor entre os de Eletrotécnica (52%), Informática (54%) e Técnicos Especializados (57%), devido à natureza das matérias lecionadas. A adesão foi maior entre os docentes do 1º Ciclo (75%) e menor entre os docentes do 2º ciclo (73%) e 3º ciclo e/ou secundário (69%).

A vontade de aumentar as competências digitais e o reconhecimento de que as ferramentas e conteúdos digitais facilitam o ensino e a aprendizagem por parte dos alunos foram os principais **motivos** identificados pelos docentes para a participação na formação. O interesse e valorização das competências digitais por parte dos docentes, ainda que possam estar aliadas à necessidade de realizar horas de formação para a progressão na carreira (cerca de 44%), também se reflete no facto de 53% dos inquiridos que participaram na CDD terem participado também, nos últimos cinco anos, noutro curso relacionado com a aquisição de competências digitais.

O **contributo** das formações para o reforço das competências dos docentes é percecionado globalmente de forma muito positiva, seja no domínio da “comunicação e colaboração” (cerca de 43%), da “seleção, criação e partilha de conteúdos digitais” (cerca de 51%) ou em contexto de “aprendizagem” (cerca de 45%) e “avaliação” (38%).

As características intrínsecas aos docentes, nomeadamente a **apetência digital dos mesmos** (cerca de 60% dos inquiridos consideram que facilitou ou facilitou muito), são as determinantes da maior/menor utilização das ferramentas digitais, enquanto variáveis como idade e tempo de serviço não influenciam a intensidade de utilização. Releva-se a relativa maior intensidade na utilização de ferramentas digitais entre mulheres (média de 3,3 face a 3,1 nos homens) e alguma variabilidade na utilização em sala de aula no pós-confinamento entre grupos de recrutamento (Geografia, Biologia e Geologia, História e Educação Musical com intensidades mais elevadas, e Matemática e Educação Especial com uma intensidade inferior à média).



monitorização e avaliação

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Digitalização da Educação

Porquê esta avaliação?

Esta avaliação tem como objetivo avaliar a eficácia e eficiência das intervenções do FSE no âmbito da digitalização da educação, designadamente em matéria de promoção da igualdade de acesso à educação e sobretudo na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.

A avaliação cumpre também um propósito de prestação de contas e transparência, contribuindo para a qualidade do debate público sobre o papel dos Fundos, permitindo identificar oportunidades de melhoria dos instrumentos de política pública.

Metodologia

A avaliação recorreu ao método de Avaliação Baseada na Teoria, partindo da explicação da **Teoria da Mudança (TdM)** subjacente à intervenção, prosseguindo com o teste empírico dos resultados e dos principais pressupostos e riscos associados a essa teoria.

Foi recolhida e analisada informação quantitativa e qualitativa através de:

- **Recolha documental e de dados**
- **7 entrevistas** (11 entrevistados) aos principais *stakeholders*
- **2 Focus Group** (TdM e Impacto nos destinatários e organizações)
- **1 Workshop** final
- **3 Estudos de caso**, cobrindo escolas TEIP e não TEIP e sem/com Projetos-Piloto de Manuais Digitais (PPMD)
- **2 Inquéritos** a docentes e às escolas

Ficha técnica da avaliação

Período de realização julho 2022 a julho 2023

Equipa de avaliação EY

Entidade responsável PO CH

Âmbito programático PO CH, POR Continente

Procedimento de adjudicação Concurso Público

Custo 94.500€

Grupo Acompanhamento AG PO CH, AD&C, AG dos POR, DGE, DGEEC, CNE, CES, Conselho das Escolas.

Foram identificados **desafios**, como o desalinhamento entre os diagnósticos e as competências efetivas dos docentes e a abordagem superficial a muitas ferramentas, e **obstáculos** à participação, como a falta de tempo (76%), a desmotivação profissional (54%) e a perceção de irrelevância da formação para a prática letiva (15%).

Recomendações da avaliação

Com base nas suas conclusões, a avaliação apresenta para ponderação as seguintes recomendações:

Recomendações globais para a sustentabilidade das intervenções

- ⇒ Repensar o modelo de distribuição dos kits Escola digital, de forma a assegurar a sustentabilidade do acesso universal ao ensino com recurso a meios digitais, nomeadamente através da **i)** partilha da responsabilidade sobre os equipamentos cedidos (seguro dos equipamentos compartilhado pelo Estado em função do rendimento do agregado familiar); **ii)** possibilidade de a cedência dos equipamentos ser efetivada em relação à escola ao invés de aos alunos; e **iii)** redefinir os procedimentos de devolução dos equipamentos por parte dos docentes nos casos em que não está assegurada a sua permanência na mesma escola, e uma situação equivalente, para a transição entre o 2.º e 3.º ciclos de equipamentos do tipo II. Os procedimentos a definir devem garantir o controlo informático do rastro do equipamento e promover a eficiência (diminuindo os encargos administrativos para as escolas e docentes) e eficácia (potenciando a maior utilização de conteúdos digitais na aprendizagem) das medidas.
- ⇒ Melhorar a adequação dos equipamentos, ao nível da qualidade, funcionalidade e segurança.
- ⇒ Promover de forma sustentada o uso do digital em contexto ensino-aprendizagem, através da **i)** integração pedagógica das tecnologias digitais nos cursos de formação inicial de professores, da **ii)** integração nos currículos dos diferentes níveis de ensino a utilização dos recursos e ferramentas digitais e/ou proceder à alteração do documento “Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória”, de **iii)** iniciativas de educação para a cibersegurança e uso responsável da *internet*, promoção da formação sobre o quadro regulamentar da proteção de dados e do direito à imagem, de divulgação de boas práticas junto da comunidade educativa, envolvendo os parceiros da comunidade escolar, e uma campanha de sensibilização para alunos e encarregados de educação para a importância da literacia digital para uma cidadania ativa, da **iv)** promoção de partilha de recursos e conteúdos digitais, para além dos produzidos pela DGE; e de **v)** perspetivar a utilização de dispositivos móveis pelos alunos no processo de ensino-aprendizagem (*m-learning*) e respetiva formação de professores.
- ⇒ Monitorizar e avaliar a implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas e dos projetos piloto e divulgar boas práticas, por exemplo, com a avaliação dos resultados da implementação dos projetos piloto da desmaterialização dos manuais escolares, identificando medidas de ajustamento e boas práticas que orientem a transformação digital das escolas de forma precoce.

Recomendações operacionais para a melhoria das intervenções

- ⇒ Garantir condições físicas nas salas de aula e logísticas nas escolas para assegurar uma utilização frequente dos equipamentos nas salas de aula, através de tomadas para carregar equipamentos e instalação elétrica adequada à capacidade que se pretende assegurar nesses espaços, do acesso à *internet* e da manutenção e renovação periódicas dos equipamentos tecnológicos das salas de aula. E da criação de condições logísticas de depósito e segurança dos equipamentos nos Agrupamento(s) de Escolas/ Escola(s) Não Agrupada(s).
- ⇒ Reforçar a assistência técnica e o apoio informático aos alunos e docentes, que inclui, a criação de um modelo de empréstimo de equipamento temporário nos casos de danos e avarias, até à regularização da situação.
- ⇒ Dar continuidade e diversificar as ações de capacitação digital dos docentes, com as metodologias ativas que proporcionam mais apetência para a utilização de tecnologias digitais e outros processos de formação colaborativa entre docentes/grupos de docentes. E o reforço da componente não letiva e/ou o crédito horário para acomodar as tarefas adicionais de adaptação dos planos de aula e dos métodos de avaliação e as ações de formação e capacitação digital, como forma de promover a adesão à formação e o uso do digital em contexto de ensino.

Avaliações publicadas em www.poch.portugal2020.pt e www.adcoesao.pt

Avaliação
Realizada por:



Cofinanciada por:

